

Violência lenta e saúde mental: efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito no assentamento Baixão em Babaçulândia - TO

Thelma Pontes Borges

Universidade Federal do Norte do Tocantins – Araguaína – TO – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6073-8937>

José Sampaio de Mattos Junior

Universidade Estadual do Maranhão – São Luís – Maranhão – Brasil País

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0593-7612>

Resumo

A construção da Usina Hidrelétrica de Estreito/MA deixou enormes passivos no estado do Maranhão e do Tocantins; entre os afetados estão os moradores da Ilha de São José que foram realocados para o assentamento Baixão no município de Babaçulândia/TO. Objetivava-se analisar se a violência extraordinária do deslocamento forçado se perpetua como violência lenta no cotidiano dos atingidos e seus efeitos para a saúde mental. Para tanto fez-se uma análise das condições de suporte social e saúde mental de 13 moradores e entrevistou-se quatro desses. Os resultados seguiram os padrões normativos dos testes utilizados e as entrevistas foram tratadas no software WebQDA utilizando os parâmetros de análise de conteúdo. Os resultados apontam para um elevado nível de sofrimento emocional resultante de múltiplas violências de estado que aparecem pelo descaso do poder público em solucionar questões postas desde o início, tais como falta de água potável, de acesso ao rio, de infraestrutura para produção e de alterações no modo de vida. Conclui-se que a barragem se estabiliza como práticas de violências lentas cotidianas que perduram no tempo e no espaço alterando de forma significativa as condições de vida dos ribeirinhos.

Palavras-chave: Atingidos por barragem. Violência lenta. Saúde mental. Assentamento. Usina Hidrelétrica de Estreito.

Slow violence and mental health: effects of the Estreito Hydroelectric Plant on the Baixão settlement in Babaçulândia - TO

Abstract

The construction of the Estreito Hydroelectric Plant in Maranhão left enormous liabilities in the states of Maranhão and Tocantins; among those affected are the residents of São José Island, who were relocated to the Baixão settlement in the municipality of Babaçulândia/TO. The aim is to analyze whether the extraordinary violence of forced displacement persists as

slow violence in the daily lives of those affected and its effects on mental health. For this purpose, an analysis of the social support and mental health conditions of 13 residents was conducted, and four of them were interviewed. The results followed the normative standards of the tests used, and the interviews were processed using WebQDA software with content analysis parameters. The results indicate a high level of emotional suffering resulting from multiple state violences, evident in the public authorities' neglect in addressing issues present from the outset, such as lack of drinking water, access to the river, and infrastructure for production and Changes in lifestyle. It is concluded that the dam stabilizes as practices of slow, everyday violence that persist over time and space, significantly altering the living conditions of the riverside communities.

Keywords: Affected by dam. Slow violence. Mental health. Settlement. Estreito Hydroelectric Plant.

Violencia lenta y salud mental: efectos de la Central Hidroeléctrica de Estreito en el asentamiento Baixão en Babaçulândia - TO

Resumen

La construcción de la Central Hidroeléctrica de Estreito/MA dejó enormes pasivos en el estado de Maranhão y de Tocantins; entre los afectados se encuentran los moradores de la Isla de São José que fueron reubicados en el asentamiento Baixão en el municipio de Babaçulândia/TO. El objetivo es analizar si la violencia extraordinaria del desplazamiento forzado se perpetúa como violencia lenta en la vida cotidiana de los afectados y sus efectos sobre la salud mental. Para ello, se realizó un análisis de las condiciones de apoyo social y salud mental de 13 habitantes y se entrevistó a cuatro de ellos. Los resultados siguieron los estándares normativos de las pruebas utilizadas y las entrevistas se trataron en el software WebQDA utilizando los parámetros de análisis de contenido. Los resultados muestran un elevado nivel de sufrimiento emocional derivado de múltiples violencias estatales que se evidencian por la falta de interés del poder público en solucionar cuestiones planteadas desde el principio, tales como la falta de agua potable, de acceso al río, de infraestructura para la producción y de cambios en el estilo de vida. Se concluye que la represa se estabiliza como prácticas de violencias lentas cotidianas que perduran en el tiempo y en el espacio, alterando de manera significativa las condiciones de vida de los ribereños.

Palabras clave: Afectados por presa. Violencia lenta. Salud mental. Asentamiento. Central hidroeléctrica de Estreito.

1. Introdução

A política energética brasileira vem há muito tempo se organizando juntamente com o capital para garantir condições de crescimento ao país e às grandes empresas e, a Usina Hidrelétrica de Estreito, localizada entre os estados do Maranhão e Tocantins, não foi diferente (Sieben, Cleps Junior, 2012); resultante do Programa de Aceleração do Crescimento, foi instalada na sub-bacia do rio Tocantins e compõe a bacia Amazônica (Sousa, 2025). O empreendimento hidrelétrico, assim como outros pelo Brasil, foi/é marcado por conflitos diversos com as populações locais, órgãos ambientais, e que geraram expulsões forçadas, reassentamentos, mudanças nas formas de vida e comunitárias, entre outras questões que interferiram em comunidades tradicionais de pescadores, ribeirinhos, vazanteiro, quebradeiras de coco, entre outros (Rocha, 2016; Sousa, 2025). A construção do empreendimento afetou dez cidades no Tocantins, apresentados em ordem alfabética: Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Itapiratins, Palmeira, Palmeirante, Tupiratins e Wanderlândia; e duas no Maranhão: Carolina e Estreito.

Sousa (2025) aponta que as primeiras menções para a implementação da usina datam do final da década de 90, com o Plano Decenal de expansão da energia elétrica no país, tendo os primeiros estudos sido realizados em 2001 pela Eletronorte e o Ibama. Contudo, os primeiros contatos com as comunidades locais se iniciam apenas em 2007 e as desapropriações datam do ano de 2009. O consórcio que ganhou o direito de construção e exploração é formado pela Alcoa Vale, Camargo Correa, Tractebel e Suez responsável por todo o processo.

A cidade de Babaçulândia/TO foi uma das mais atingidas pela usina (AMORIM, JESUS, 2006), incluindo a Ilha de São José, quarenta quilômetros distante da cidade, onde residiam 142 famílias, que se distribuíam nas atividades de pescadores, vazanteiros, artesãos, extrativistas, entre outros. Os moradores dessa ilha foram deslocados para quatro novos assentamentos: Mirindiba (Araguaína/TO), Bela Vista, Santo Estevão e Baixão (todos em Babaçulândia/TO). Esse último, foco de nossa pesquisa, recebeu vinte e seis famílias, tendo aproximadamente cem pessoas na localidade. No assentamento Baixão as condições mínimas não foram garantidas, não tendo água potável disponível para beber, cozinhar, higiene pessoal ou plantar; se localizam a vinte quilômetros da cidade. Segundo Pitombeira (2018) 80% dos moradores realocados alteraram sua forma de trabalho e profissão. Importante ressaltar que esses ribeirinhos, nascidos e criados na beira do rio, passaram a residir longe do mesmo e sem acesso adequado a água (Leite Sousa, 2025).

A sucessão de violências perpetradas, pela empresa responsável, com a conivência do poder público, produz o que Nixon (2011) chama de violência lenta, que consiste em um processo de marginalização ao longo do tempo que afeta, sobretudo, populações às margens econômicas, raciais e sociais da sociedade. A violência lenta se diferencia da estrutural por envolver a questão ambiental, ou seja, grupos já historicamente marginalizados em função de desigualdades múltiplas, entre elas a espacial, acometidas por processos em diversas esferas, muitas vezes de forma quase invisível. Tal procedimento produz efeitos variados para as condições socioemocionais da comunidade ou grupo.

É este universo de famílias, realocadas após submersão de suas casas e terras, que esta pesquisa versa com o objetivo de analisar o sofrimento psíquico através da percepção de suporte social, a prevalência de indicadores de adoecimento mental e o grau de desesperança dos adultos do assentamento Baixão, além de estabelecer correlações entre sofrimento emocional e a violência lenta produzida pelos efeitos da construção da UHE.

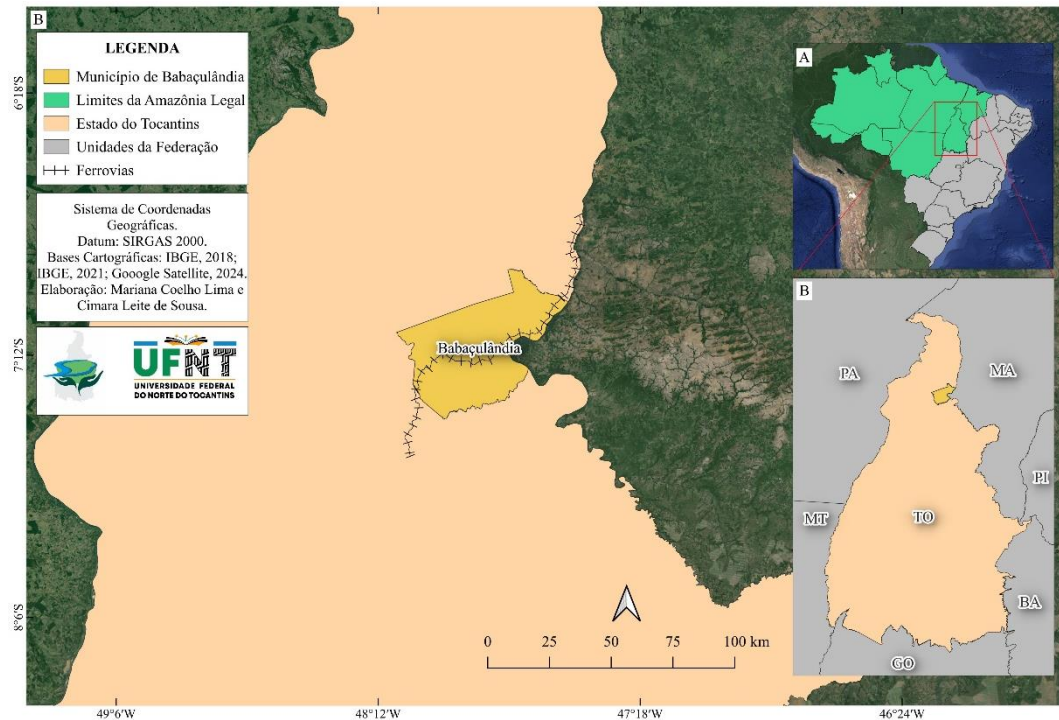
Para tanto o artigo está apresentado em 4 seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira fazemos a caracterização UHE de Estreito e do Assentamento Baixão/Babaçulândia; na segunda, falamos sobre violência lenta e saúde mental e na terceira seção apresentamos os resultados e as discussões.

2. Território, poder e desigualdades: A Usina Hidrelétrica de Estreito e os passivos no assentamento Baixão/Babaçulândia

O município de Babaçulândia com população de 7.780 pessoas e densidade demográfica de 4,40 hab/km² (IBGE, 2022) está localizado no estado do Tocantins, região Norte do país, pertencente a chamada Amazônia Legal (Imagem 1). A Amazônia Brasileira foi instituída por lei federal em 1953 (BRASIL, 1953) constituindo o conceito de Amazônia Legal que engloba regiões com características e desafios sociais, econômicos, políticos, antropológicos e ambientais semelhantes como parte de um plano de desenvolvimento e ocupação para a região. A delimitação territorial estabelecida tem como parâmetro viés sociopolítico regional, assim o bioma Amazônia, apesar de predominante (49%), não é o único referencial, contendo ainda o Cerrado. A constituição de 1988 reafirma tal divisão englobando oito estados (Acre,

Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) equivalendo a quase 60% do total do território brasileiro (IPEA, 2008). Segundo Mota et al (s/d) o conceito Amazônia Legal é uma invenção para fins de planejamento que tinha por meta integrar economicamente a região à economia do país.

Imagem 1: Localização de Babaçulândia/TO



Fonte: retirado de Leite Sousa, 2025, p. 25.

Passados mais de meio século após a instituição da região, pode-se afirmar que o objetivo de integrar e articular o desenvolvimento local às ambições macro políticas, econômicas do país não se realizaram e os avanços sobre as explorações agrominerais vem gerando diversos passivos ambientais e/ou sociais às populações locais. Diniz et al (2007, p. 4) apresentam que a Amazônia Legal reproduz as características de desigualdade do país, “(...) o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres, cuja origem da pobreza não reside na escassez de recursos”; ainda afirmam que, as riquezas potenciais da região poderiam eliminar as desigualdades e acabar com a miséria numa área conhecida pelas múltiplas pobreza.

Nessa lógica de reprodução das desigualdades, a região é considerada um ativo em função de sua riqueza hidromineral, mas que, contudo, se transforma em hidronegócio. Oliveira (2020) apresenta que o hidronegócio é uma forma de ofertar uma resposta às necessidades do capitalismo através do uso das águas para geração de energia, agricultura etc. E a região amazônica, sobretudo, a bacia dos rios Araguaia e Tocantins é geograficamente atrativa, em função de sua capacidade hídrica levando a instalação das Usinas de Estreito, Lageado, Peixe Angelical, Tucuruí, São Salvador, Cana Brava, Serra da Mesa (Soares, 2023, p. 189). Sieben e Cleps Junior (2012, p. 189) referem-se que o Brasil trabalha pela “monocultura das águas”, em função de ter as hidrelétricas como a primeira alternativa em geração de energia “deslocando mais de 1 milhão de pessoas nas suas 2 mil barragens construídas”. E como toda monocultura, seu interesse é em prol do grande capital, “o complexo hidrelétrico do rio Tocantins

atende principalmente às necessidades de energia das empresas japonesas de produção de Alumínio” (Sieben, Cleps Junior, 2012, p. 190).

Martins (1993) apresenta que no geral os impactos na vida dos moradores de localidades atingidas por barragem geram consequências severas.

Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirá-lhes o que tem de vital para sua sobrevivência, não só na economia: terras e territórios, meios e condições de existência material social, cultural e política. E como se eles não existissem ou existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade (Martins, 1993, p. 63).

Especificamente, a UHE-Estreito foi responsável pelas alterações na localidade do estudo, tendo sido financiada pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) que via consórcio empresarial recebeu os ativos financeiros da obra; reproduzindo a lógica de explorar bens comuns em prol de pequenos grupos econômicos. Em bom termo, com o financiamento público da obra, os lucros vão para o grande capital, enquanto os passivos ambientais, sociais e emocionais vão para as populações ribeirinhas locais (Soares, 2023).

Foi por essa via que a população de Babaçulândia vivenciou o avanço das águas para a constituição da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE) que modificou de forma cabal a vida de diversos moradores, incluindo aqueles residentes na Ilha de São José. O consórcio responsável pela construção da barragem é que adquiriu a área para o reassentamento dos moradores, sendo assim, responsável direto pela escolha e realocamento como forma de reparação aos moradores. Pitombeira (2018) escreve que oitenta por cento dos moradores da ilha de São José mudaram de profissão após a mudança e viram seu contato com as águas e a natureza, seu modo de vida, suas relações comunitárias se modificarem de forma trágica (Pitombeira Carvalho, Sieben, 2019).

Moradores da ilha de São José, os ribeirinhos viviam rodeados pelo Rio Tocantins, e em função da subsistência de plantação nas vazantes, pesca, produção de azeite de coco babaçu (abundante na região e que serve como nomeação da localidade), entre outras atividades; Pitombeira Carvalho e Sieben (2019, p. 198) explanam que “tudo isso delineava a cultura de subsistência do grupo e a relação homem-natureza (...)”. A construção da UHE levou ao enchimento do lago e a alterações significativas nas formas de se viver, principalmente considerando àqueles que foram realocados no assentamento Baixão (Pitombeira, 2018).

3. Violência Lenta e Saúde Mental em contexto de deslocamento

Como referencial teórico temos dois vieses que se encontram pelo olhar e pelo retorno a escuta da palavra, o primeiro alicerça-se em Nixon (2011) que oferece uma compreensão acerca da violência lenta, mostrando que determinadas vidas são mais expostas às violências em função de multideterminantes do que outras, além de se frustrarem com as possibilidades de reparação e justiça. Em tela que as tentativas de serem compensados também se logram como continuidade da violência.

Nixon (2011) usa um adjetivo para qualificar a violência: lenta. Em dicionário o adjetivo menciona algo vagaroso, indolente, algo sem pressa, desprovido de

movimento, frouxo etc. Algo quase da ordem da impercepção, mas que se encontra ali presente, provocando efeitos por onde se instala. Assim, “we need to account for how the temporal dispersion of slow violence affects the way we perceive and respond to a variety of social afflictions [...]”¹ (Nixon, 2011, p. 3). É Das (1995) que alerta que a produção da dor e seu uso pelas teologias do sofrimento se unem numa imbricada estratégia de manter o *status quo* da sociedade; dessa forma, as sucessivas violências invisíveis produzem individualização e ressentimento, não gerando efeitos de laço social coletivo, dificultando a luta contra a exploração e facilitando a manipulação.

Nixon (2011, p. 2) expõe “by slow violence I mean a violence that occurs gradually and out of sight, a violence of delayed destruction that is dispersed across time and space, an attritional violence that is typically not viewed as violence at all.”² Ela difere da noção usual de violência que permeia a visão do espetáculo, do que rompe a lógica e é demonstrável rapidamente, como a explosão de uma bomba, um tiroteio, um acidente de carro. A violência lenta “a violence that is neither spectacular nor instantaneous, but rather incremental and accretive, its calamitous repercussions playing out across a range of temporal scales”³ (Nixon, 2011, p. 2). É de um tipo que afeta grupos sociais periféricos, vítimas de desqualificação social historicamente produzida pelo racismo, desigualdades sociais e espaciais e eventos ambientais produtores de acúmulos de expulsões (Nixon, 2011; Sassen, 2016).

A violência lenta é entendida como produtora e reprodutora de sofrimento emocional por manter viva a sucessão de traumas vivenciados em decorrência de intervenções no cotidiano, mas também por produzir formas diversas de continuar vivendo, contornando e resistindo a ela (Martins, 2016). Em outro contexto, Das (2020) apresenta que a violência somada a não possibilidade de superação produz as “comunidades de ressentimentos” mostrando como a política de afetos constitui novas sociabilidades. O ressentimento quando atinge uma comunidade inteira produz imobilidade por se inscrever no cotidiano de forma duradoura e produzir “pequenas catástrofes psíquicas” (Das, 2020, p. 16).

São eventos extraordinários como a desapropriação dos modos de vida pela implementação de uma barragem, que este trabalho se interessa, ou ainda, como o Estado-Nação através de suas doses homeopáticas de “expulsões” (Sassen, 2016) produz efeitos intangíveis nos seres humanos que as experimentam.

O segundo ponto teórico subsidia a compreensão dos efeitos na saúde mental daquelas pessoas que foram atingidas pela construção da barragem, na possibilidade de escutar aquilo que é dito para além da consciência, em busca de um sujeito que não se reduz a patologias orgânicas e, que oferta em sua própria história de vida, aquilo que anima os fatos mentais, ou seja, o social e as relações que se estabelecem com ele na produção da individualidade e seus consequentes. Para Lacan a gênese

¹ “Precisamos ter em conta como a dispersão temporal da violência lenta afeta a forma como percebemos e respondemos a uma variedade de aflições sociais” (livre tradução do autor).

² “por violência lenta entendo uma violência que ocorre gradualmente e fora do olhar, uma violência de destruição retardada que se dispersa pelo tempo e espaço, uma violência de desgaste que normalmente não é vista como violência.” (livre tradução do autor).

³ “uma violência que não é nem espetacular nem instantânea, mas sim incremental e acumulativa, com as suas repercussões calamitosas a manifestarem-se numa série de escalas temporais”. (livre tradução do autor).

social da personalidade é que norteia a compreensão do que se é hoje, da subjetividade e de suas patologias. “Forma-se a personalidade através da socialização do indivíduo no interior de núcleos de interação como a família, as instituições sociais, o Estado” (Safatle, 2018, p. 21). Safatle (2018) afirma que o sofrimento é uma condição política determinada por um tempo sócio-histórico, que diz como os sujeitos são marcados e redefinidos, afirma que a superação disso não passa necessariamente por uma melhor adaptação.

Expostas as vertentes teóricas, reafirma-se o olhar da pesquisa que é de escutar como a violência lenta resultante da instalação da UHE provoca alterações nos modos de ser dos sujeitos afetados por elas produzindo ou não alterações em sua saúde mental.

Dois aspectos são considerados na análise da saúde mental. O **primeiro** refere-se ao suporte social, visto que a percepção de auxílio do meio, funciona como um preditor da saúde ou da doença, em outros termos, se a pessoa sente que tem apoio afetivo, material e informacional das pessoas em seu entorno, o suporte social funciona como amortecedor de sofrimento emocional e pode diminuir a exposição a ansiedade, depressão e doenças crônicas; por outro lado, se a pessoa sente que tem baixo suporte social ela fica mais exposta ao adoecimento mental e físico (Cardoso; Batista, 2014). O suporte social, no geral, é entendido em três dimensões: afetivo, instrumental e informacional. O afetivo refere-se à percepção de ser amado e de que as pessoas se preocupam com ele e lhe dão a devida atenção e valor; o instrumental relaciona-se a possibilidade de acessar recursos materiais e financeiros, como dinheiro, ter auxílio para ir ao posto de saúde e se sentir ajudado nas necessidades; o informacional é a compreensão de que recebe as informações adequadas para a tomada de decisões (Cardoso, Batista, 2014; Siqueira, 2008).

O **segundo** aspecto, foi o rastreamento de indicadores de transtornos mentais comuns, com destaque para a desesperança, que é um fator bastante forte e que se relaciona a depressão e ansiedade. A desesperança se faz a partir da sensação de sentimento de fracasso na vida (Oliveira *et al*, 2006); é um fator cognitivo de um futuro sem novas possibilidades ou perspectivas, uma crença de que não vale a pena viver a vida e que essa se apresenta sem a menor motivação. A desesperança se relaciona com a ideação suicida e é um descritor de saúde ou adoecimento mental (Marback, Pelisoli, 2014). Esses aspectos nos ajudaram a traçar tanto a violência lenta quanto seus efeitos.

4. O caminhar metodológico

O trabalho em questão é de cunho interdisciplinar e têm por objetivo captar os movimentos e sentimentos humanos numa dada realidade social, assim o meio utilizado pode determinar seu fim e é por ele que se alcança os dados empíricos que sustentam a pesquisa (Minayo, 2007). A pesquisa é de cunho qualitativo e ocorreu com 13 adultos⁴ que foram deslocados da ilha de São José para o assentamento

⁴ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Norte do Tocantins pelo nº CAAE 80827324.0.0000.0342.

Baixão em Babaçulândia. A coleta de dados ocorreu em dois momentos na comunidade Baixão. **No primeiro**, foram aplicados os seguintes instrumentos: (i) **Escala de Percepção de Suporte Social – EPSUS – A⁵**: é uma escala com 36 itens aglutinados em quatro dimensões, a saber: (D1) 17 itens afetivos, (D2) 5 de interação social, (D3) 7 instrumental e (D4) 7 de enfrentamento de problemas; respondido por uma escala do tipo *Likert* de quatro pontos que recebe 1 ponto para ‘nunca’ até 4 para ‘sempre’. A pontuação pode variar de zero a cento e oito e quanto maior a pontuação, maior a percepção de suporte social. A análise e enquadramento do suporte foi dado pelos parâmetros do teste na população brasileira; (ii) **Escala Beck de Desesperança – BHS**: assim como o EPSUS-A, a Escala Beck de Desesperança (BHS) é um instrumento de manuseio exclusivo do psicólogo e teve seu uso avaliado e aprovado pelo sistema SATEPSI. A BHS é uma escala que mede o nível de desesperança da pessoa indicando seu pessimismo em relação ao futuro. É considerado um indicador indireto de risco de suicídio e de depressão. É uma escala dicotômica em que o sujeito responde entre duas alternativas, certo ou errado, pontuado em 0 ou 1, cujo resultado permite a classificação em esperança normal, desesperança, leve, moderada ou severa, conforme indicativos de correção do teste; (iii) **Self Reporting Questionnaire – SRQ-20**: o Self Reporting Questionnaire (SRQ-20) é um instrumento elaborado pela organização Mundial de Saúde (OMS) com o propósito de produzir um teste de fácil aplicação e de uso livre para diversos perfis de profissionais, sobretudo os da área de saúde, com o objetivo de facilitar o rastreamento de transtornos mentais comuns em países em desenvolvimento. É amplamente utilizado no Brasil e em outros países do mundo; não funciona como diagnóstico, mas oferece indicativos seguros para rastreamento (Cardoso *et al*, 2023). Foi criado por Harding *et al* (1980) e adaptado ao Brasil por Mari e Williams (1986). O SRQ-20 é composto por 20 itens dicotômicos, podendo responder sim ou não a cada um dos enunciados. A pontuação é 0 ou 1 e o resultado indica a presença ou não de transtornos mentais comuns.

No **segundo momento**, foram realizadas quatro entrevistas, selecionados aleatoriamente entre os que responderam aos testes. As entrevistas têm por objetivo compreender o processo de remoção da ilha de São José e de assentamento na nova localidade com o intuito de verificar a percepção dos níveis de violência e se ela perdura ao longo do tempo produzindo a violência lenta. Os procedimentos foram gravados e transcritos.

Apresentamos os resultados em duas frentes: (i) Foram realizadas as análises individuais de cada instrumento (EPSUS-A, BHS e SRQ-20), a partir de seus próprios parâmetros e apresentados os resultados; (ii) foi realizado a análise de conteúdo pelos parâmetros técnicos da Bardin (2016), via operacionalização do software WEBQDA, específico para pesquisas de cunho qualitativo ou misto.

⁵ O Conselho Federal de Psicologia, desde 2003, constituiu o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) que analisa e acompanha a validação de testes utilizados no Brasil emitindo parecer favorável ou não ao seu uso. O objetivo do SATEPSI é constituir uma base segura de testes psicológicos que auxiliam os psicólogos e pesquisadores em sua prática a partir de testes psicométricos que tenham parâmetros adequados para a população brasileira (Cardoso, Batista, 2014). As escalas utilizadas no trabalho têm parecer favorável do Conselho Federal de Psicologia.

5. Resultados: Violência Lenta, Saúde Mental e Passivo Social

Primeiro trabalhamos com os resultados dos testes de avaliação da saúde mental dos treze participantes da pesquisa. Para, posteriormente, apresentar o resultado das entrevistas.

No quadro 1 apresentamos os resultados do teste EPSUS-A

Quadro 1: Resultados do Teste EPSUS A

Participantes	Dimensão	Valor	Percepção
Participante 1	Afetivo	48	Alto
	Interações Sociais	11	Alto
	Instrumental	15	Médio alto
	Enfrentamento de Problemas	18	Alto
	Pontuação Total	92	Alto
Participante 2	Afetivo	47	Alto
	Interações Sociais	7	Médio baixo
	Instrumental	11	Médio baixo
	Enfrentamento de Problemas	10	Médio baixo
	Pontuação Total	75	Médio alto
Participante 3	Afetivo	35	Médio baixo
	Interações Sociais	8	Médio baixo
	Instrumental	13	Médio baixo
	Enfrentamento de Problemas	13	Médio baixo
	Pontuação Total	67	Médio baixo
Participante 4	Afetivo	34	Médio baixo
	Interações Sociais	10	Médio alto
	Instrumental	14	Médio alto
	Enfrentamento de Problemas	14	Médio alto
	Pontuação Total	72	Médio baixo
Participante 5	Afetivo	33	Médio baixo
	Interações Sociais	6	Baixo
	Instrumental	14	Médio alto
	Enfrentamento de Problemas	4	Baixo
	Pontuação Total	55	Baixo
Participante 6	Afetivo	49	Alto
	Interações Sociais	9	Médio alto
	Instrumental	17	Alto
	Enfrentamento de Problemas	17	Alto
	Pontuação Total	90	Alto
Participante 7	Afetivo	46	Alto
	Interações Sociais	8	Médio baixo
	Instrumental	21	Alto
	Enfrentamento de Problemas	15	Médio alto
	Pontuação Total	92	Alto
Participante 8	Afetivo	39	Médio baixo
	Interações Sociais	3	Baixo
	Instrumental	11	Médio baixo
	Enfrentamento de Problemas	7	Baixo
	Pontuação Total	60	Baixo
Participante 9	Afetivo	44	Alto

	Interações Sociais	8	Médio baixo
	Instrumental	18	Alto
	Enfrentamento de Problemas	11	Médio baixo
	Pontuação Total	81	Médio-alto
Participante 10	Afetivo	30	baixo
	Interações Sociais	10	Médio alto
	Instrumental	17	Médio alto
	Enfrentamento de Problemas	15	Médio alto
	Pontuação Total	74	Médio baixo
Participante 11	Afetivo	24	baixo
	Interações Sociais	4	baixo
	Instrumental	9	baixo
	Enfrentamento de Problemas	6	baixo
	Pontuação Total	49	baixo
Participante 12	Afetivo	41	Médio alto
	Interações Sociais	13	Alto
	Instrumental	10	baixo
	Enfrentamento de Problemas	15	Médio alto
	Pontuação Total	78	Médio alto
Participante 13	Afetivo	11	Baixo
	Interações Sociais	2	Baixo
	Instrumental	1	Baixo
	Enfrentamento de Problemas	2	Baixo
	Pontuação Total	16	Baixo

Fonte: elaborado pelos autores.

No teste EPSUS/A notamos que com exceção dos participantes 1 e 6, todos os demais tem alterações na percepção de suporte social. Os participantes 1, 6, 7 e 9 apresentam alterações já em alguns tipos, mas ainda permanecem num bom padrão. Lembrando que o suporte social pode funcionar como um fator de amortecimento no enfrentamento dos problemas psíquicos e sociais, ou seja, quanto maior a percepção de suporte, menor a chance de adoecimento emocional. Destacamos também os participantes 3, 4, 5, 8, 11 e 13 com baixa percepção de suporte social em quase todos os tipos (afetivo, interações sociais, instrumental e enfrentamento de problemas), assim vemos que, seis dos treze participantes não se sentem apoiados e acolhidos em nenhum dos setores de sua vida, configurando um indicador grave e preditor de futuros problemas psicossociais.

Vamos verificar o rastreamento de adoecimento. No quadro 2 temos os resultados do teste SRQ20.

Quadro 2: Resultado do teste SRQ 20 – Self Report Questionnaire

Nome	Resultado	Análise
Participante 1	14 pontos	maior risco de sofrimento mental
Participante 2	10 pontos	maior risco de sofrimento mental
Participante 3	9 pontos	maior risco de sofrimento mental
Participante 4	8 pontos	maior risco de sofrimento mental
Participante 5	2 pontos	menor risco de sofrimento mental
Participante 6	4 pontos	menor risco de sofrimento mental
Participante 7	5 pontos	menor risco de sofrimento mental
Participante 8	10 pontos	maior risco de sofrimento mental
Participante 9	6 pontos	menor risco de sofrimento mental

Participante 10	11 pontos	maior risco de sofrimento mental
Participante 11	4 pontos	menor risco de sofrimento mental
Participante 12	10 pontos	maior risco de sofrimento mental
Participante 13	6 pontos	menor risco de sofrimento mental

Fonte: elaborado pelos autores

No quadro 2 vemos que os participantes 1, 2, 3, 4, 8, 10 e 12 apresentam maior risco para adoecimento mental, sendo esse um indicador bastante importante na decisão de encaminhamento psicológico. Temos dos 13 participantes, 7 com indicações preocupantes de saúde mental. Lembrando que esse teste é indicado pela OMS para fins de rastreamento de adoecimento psíquico em países em desenvolvimento.

Ainda, no rastreamento de saúde mental, vemos no quadro 3 os resultados do teste BHS.

Quadro 3: Resultados do Teste BHS

Nome	Resultado	Análise
Participante 1	50	Nível mínimo de desesperança
Participante 2	48	Nível mínimo de desesperança
Participante 3	54	Nível brando de desesperança
Participante 4	52	Nível brando de desesperança
Participante 5	46	Nível mínimo de desesperança
Participante 6	50	Nível mínimo de desesperança
Participante 7	42	Nível mínimo de desesperança
Participante 8	44	Nível mínimo de desesperança
Participante 9	38	Nível mínimo de desesperança
Participante 10	52	Nível brando de desesperança
Participante 11	46	Nível mínimo de desesperança
Participante 12	55	Nível brando de desesperança
Participante 13	48	Nível mínimo de desesperança

Fonte: elaborado pelos autores.

Verificamos nível brando de desesperança nos participantes 3, 4, 10 e 12, nos demais o nível é mínimo, o que significa que a maioria tem uma postura positiva com relação a vida.

No quadro 4 verificamos a compilação dos resultados dos testes por cada participante.

Quadro 4: Compilação dos testes

Participantes	EPSUS	SRQ20	BHS
Participante 1	Alto	maior risco de sofrimento mental	Nível mínimo de desesperança
Participante 2	Médio-alto	maior risco de sofrimento mental	Nível mínimo de desesperança
Participante 3	Médio-baixo	maior risco de sofrimento mental	Nível brando de desesperança
Participante 4	Médio-baixo	maior risco de sofrimento mental	Nível brando de desesperança
Participante 5	Baixo	menor risco de sofrimento mental	Nível mínimo de desesperança
Participante 6	Alto	menor risco de sofrimento mental	Nível mínimo de desesperança

Participante 7	Alto	menor risco de sofrimento mental	Nível mínimo de desesperança
Participante 8	Baixo	maior risco de sofrimento mental	Nível mínimo de desesperança
Participante 9	Médio-alto	menor risco de sofrimento mental	Nível mínimo de desesperança
Participante 10	Médio-baixo	maior risco de sofrimento mental	Nível brando de desesperança
Participante 11	Baixo	menor risco de sofrimento mental	Nível mínimo de desesperança
Participante 12	Médio-alto	maior risco de sofrimento mental	Nível brando de desesperança
Participante 13	Baixo	menor risco de sofrimento mental	Nível mínimo de desesperança

Fonte: elaborado pelos autores.

No rastreamento de saúde mental é importante ressaltar que o indicativo de alteração em um dos testes do SRQ20 ou BHS já funciona como alerta para saúde mental dos participantes, sendo que o EPSUS é um marcador de apoio social que pode facilitar ou dificultar a situação. Assim, podemos dizer que dos treze participantes sete tem marcadores para adoecimento psíquico. Ainda, no compilado de testes vemos que: (i) os participantes 3, 4 e 10 apresentam indicativos importantes de adoecimento, desesperança e falta de suporte social, configurando uma situação bastante grave; (ii) os participantes 1, 2, 8 e 12 apresentam pelo ao menos um marcador de sofrimento emocional; (iii) os participantes 5, 11 e 13 não apresentam indicadores de adoecimento emocional, contudo, possuem baixo suporte social, o que pode se configurar como um fator que pode gerar sofrimento emocional a médio prazo; (iv) os participantes 6, 7 e 9 não apresentam nenhum indicador de alteração na saúde mental.

No geral, podemos afirmar que no rastreamento de saúde mental do assentamento Baixão, existe uma alta incidência de indicadores de adoecimento mental e consequentemente de grave situação de saúde coletiva. Trabalhamos com a hipótese de que esse alto índice tem relação com a violência lenta (Nixon, 2011) imputada a comunidade desde a construção da barragem e dos processos forçados de expulsão (Sassen, 2016) e de reassentamento. No entanto, faz-se necessário novas pesquisas que permitam confirmar tal correlação e comparar com outros assentamentos que não tenham se formado a partir da violação de direitos.

Nesse segundo momento, apresentamos os resultados das entrevistas que foram processadas no software WebQDA seguindo a metodologia da Bardin (2016). Na exploração da materialidade e para funcionar como primeira organização apresentamos na imagem 2 as cem palavras mais repetidas nas entrevistas.

Imagem 2: Cem palavras mais repetidas



Fonte: elaborado pelos autores com WebQDA.

A exploração da nuvem de palavras nos auxilia a compor as primeiras ideias do que é significativo ou não para os entrevistados e a compor a primeira proposta para a categorização do material. Organizamos as cem palavras no gráfico 1 para melhor dimensionar aquilo que é relevante.

Gráfico 1: Aglutinação das cem palavras



Fonte: elaborado pelos autores.

Esses conjuntos de palavras deram sustentação para a construção das categorias que concatenam a ideia de que a violência lenta é o organizador da vida dessa comunidade desde o evento da barragem. As mais repetidas têm a ver com a questão da água, mas todas as demais se organizam entorno dela, por exemplo, falar da nova casa e do assentamento remete às alterações impostas pela mudança no acesso à

água e ao rio; também as alterações nos modos de vida em função do fim da pesca, da vazante da ilha; e das injustiças sociais impostas a partir de então. Dessa forma, apresentamos na imagem 3 o código árvore com as categorias de análise.

Imagem 3: Código árvore



Fonte: elaborado pelos autores.

Para fins de organização serão apresentadas as categorias e subcategorias vinculadas à violência lenta e exemplificados com dois enxertos de materialidade das entrevistas. Começamos com a categoria **Alteração no modo de vida** que representa as características de mudanças significativas na forma de viver e se manter. Essa categoria se divide em três, na primeira **Vazante**, apresentamos como a impossibilidade de plantar altera a forma de sustento e leva as famílias a se inserir na chamada dieta do mercadinho (Schor, 2015) ou ainda como isso vai transformar as ‘pessoas-água’ em pobres (Brum, 2021).

Era arroz, melancia e abóbora. O que mais produzia era melancia e abóbora. E arroz e feijão. Era a maior produção que nós tinha na beira do Rio Tocantins. Hoje nós não temos mais essa produção. Hoje se nós não tivermos dinheiro no supermercado, nós não compramos não. Porque a nossa terra que nós moramos hoje é muito seca. (Participante 6, 2024).

na ilha onde nós morávamos, nós tínhamos produção de muita coisa. Banana... era muita coisa que nós tínhamos, né? E aqui eles deram tudo limpo, aí a gente conseguiu plantar de novo. A gente lutou pra eles indenizarem, mas não indenizaram não. (Participante 6, 2024).

Vemos a variedade de produção na vazante: arroz, melancia, abóbora, banana, entre tantas outras citadas pelos demais entrevistados. Esses produtos serviam tanto para a alimentação da família, quanto para trocas e vendas. O fim da possibilidade de plantar é também marcado por alterações na forma de comer, já que agora depende da oferta no mercado. A troca da alimentação produzida é um impacto na renda e na saúde dos participantes.

A segunda subcategoria é a **Pescaria** que trata da abundância de peixes e da prática da pesca quando se morava na ilha de São José. A mudança para o

assentamento, longe do rio e sem acesso a água potável traz inúmeras questões, entra elas a impossibilidade de pescar para se alimentar, para vender, para se distrair etc.

Era mais fácil porque nós, por exemplo... eu botava o arroz no fogo, quando ele secava, eu tirava uma minhoca da terra e ia lá na água, jogava o anzol, pegava vários peixes. E aqui eu não faço isso. Aqui, se eu botar o arroz branco, eu vou comer ele branco. E lá não, lá tinha a outra renda dada pela natureza, por Deus. E o homem tirou e não volta mais. (Participante 6, 2024)

Aqui não tem... Aqui não tem rio não... lugar que tenha peixe não. (...) Moço! Eu sou pescadora de primeira. Todo peixe que vinha no anzol. (...) Pescava de linha, de rede, tarrafa. (Participante 1, 2024)

Assim como a vazante, o rio não está mais disponível para a pesca, apesar de haver peixe no lago, esses são considerados de baixa qualidade, com sabor alterado, com baixa variedade. Além disso, as formas de pescar desenvolvidas e aprendidas ao longo do tempo, não servem para pescar no lago, que apresenta características diferentes do rio. Os impactos extrapolam as questões só do labor do pescador, mas invadem a segurança alimentar, a qualidade do alimento, o acesso a proteína.

A terceira subcategoria **Rio/lago** foi trabalhada quando a referência vinha na forma de saudades do modo de vida, ou como algo distante que não volta mais.

Nasci e me criei... só não me criei lá dentro mesmo, mas só fiz foi atravessar o rio... me criei do lado do (rio) Tocantins, mas tive meus filhos e criei lá. O meu marido foi nascido lá e se criou lá. (...) De vez em quando eu vou perto de lá, lá mesmo, não. (...) Não tenho nem coragem de entrar no meio daquela água. (...) A pessoa cisma assim das coisas. (...) Não, nada. É porque eu sei lá, é tudo diferente de quando a gente morava lá. (Participante 10, 2024).

O lago pra quem vinha antes, pra hoje eu acho que tem muita diferença. Agora, pra quem não conhecia antes e chega lá hoje, acha bonito. Agora eu não acho mais bonito. (...) Eu sinto falta do rio, a gente banhava, pescava, quebrava coco. Muita coisa... (Participante 6, 2024).

A violência da remoção é grande o bastante para fazer com que as pessoas não frequentem a orla do lago do rio Tocantins. Existem vários relatos como esses em que as pessoas ou não entram ou nem passam perto, como se tivesse algo errado com as águas. O lago é a representação da própria violência e dos danos permanentemente reavivados, não sendo assim, possível, aproveitar o que ficou.

Cabe ressaltar, que o lago hoje é explorado turisticamente, mas que os principais atingidos não usufruem do espaço nem como turista e nem como empresário do ramo.

Na segunda categoria de violência lenta temos **(In)justiça** que evidencia as narrativas do quanto as expulsões não foram devidamente compensadas. Essa categoria se subdivide em duas. Na primeira, **Indenização**, vemos que existe uma percepção de que a empresa não arcou com os danos materiais provocados pela mudança de território.

Não, eles prometiam tudo de bom pra nós, mas só que no meio da estrada eles abandonaram junto com nossos políticos e deixaram nós, porque desde que botaram nós aqui, foram só esquecendo, só esquecendo. Até que esqueceram. Se nós não tivermos um poder público que olhe para nós com bom olhar, a coisa está feia. E aí nós não podemos sair daqui, senão vai vender para quem? Quem? Ninguém quer. (...) É três coisas que tem que fazer aqui. É a água boa, as casas e o documento da terra que eram pra dar em até cinco anos e nunca deram. (...). (Participante, 6, 2024).

Na casa mudaria tudo, virava a casa... porque as portas fizeram erradas, né? O povo do CESTE fez tudo ao contrário. (Participante 3, 2024).

Há nas duas narrativas a demonstração de que não houve reparação e mesmo aquilo que havia sido prometido, não foi cumprido. Para os entrevistados as casas foram mal construídas, sem colunas de ferro, o que resulta em inúmeras rachaduras e até em possibilidade de queda; até na falta de cozinha de tamanho adequado ou posição do imóvel. As terras assentadas não possuem água para uso pessoal e nem para a lavoura ou criação de animais. E para fechar os problemas, os moradores não receberam o termo de posse da terra. Esses três pontos descrevem bem a sucessão de violências permanentes e perenes no tempo.

Na subcategoria **Seca/falta da água** incluímos as narrativas que descrevem a falta de água para os principais afazeres do cotidiano, como beber e cozinhar.

Ele começou botando água, caminhão pipa, potável. Depois forneceu uns galões, depois cortou e disse que nós tínhamos que beber essa água. Como que nós fosse obrigado. Não, nós não somos obrigados, porque por onde ela passa, essa água, ela mata as plantações. (...) Sim, entramos na justiça, mas nós não tivemos recurso. A primeira coisa que a Justiça cobra é uma análise da água, e custa 3.000 reais cada análise. Nós não temos... nós não temos condição, às vezes tem, às vezes não tem. (...) Nós arrumamos, fizemos uma análise particular e não deu boa. Aí eles voltaram com o galão e agora estão dizendo que a água tá boa e a prefeitura de Babaçulândia fez duas análises e a água não deu boa. Só que eles não nos trazem para nós levarmos pro Ministério Público, para nos trazer nós temos que pagar 3000. (Participante 6, 2024).

Aí quando chegamos aqui... a água... a coisa mais complicada aqui é a água. A água que eles deram pra nós “é uma água pura mesmo e não o que e coisa e tal”. Aí nós reunimos aqui os moradores todos e mandamos fazer uma análise dessa água, aí a resposta que nós tivemos é que essa água nem para os animais não é própria. (Participante 10, 2024).

Importante ressaltar que as violências lentas se estabelecem nas diversas frentes, aqui vemos relatado a partir da insistência da potabilidade da água e da falta de sensibilidade dos órgãos que deveriam facilitar a mediação, como o Ministério Público e a Prefeitura, ao exigirem uma análise que caberia ao próprio poder público realizar.

A categoria **Ribeirinhos sem rio** demarca as consequências geradas por todas as alterações provocadas, não é somente uma mudança de localidade, mas diversas alterações provocadas nos modos de ser e de fazer que impactam na subjetividade e se constitui como violências sucessivas. Nessa, dividimos em três subcategorias, em **Lazer e socialização** vemos que as formas tradicionais dos ribeirinhos de se

relacionar, com relações de vizinhança e comunitária próximas e que se estabeleceram ao longo de gerações familiares, se romperam. Bem como, o lazer que deriva da água, banhar, nadar, pescar, não existem mais.

É assim... o que eu acho que ficou “mais ruim” é porque a gente separou, porque lá eram os parentes todos lá na ilha... amigos todos. Aí quando veio pra cá dividiu. Ficou um bocado pra cá, um bocado para aquele outro assentamento, outro pra outro, de Araguaína pra frente... (Participante 6, 2024).

Tudo! Só o sossego que você tinha lá era a coisa melhor do mundo. (...) Banhava no rio, bebia no rio, lavava no rio, tudo. (...) Pra brincar, brincava no rio também. No tempo de praia era bom demais. (...) Todo dia. Caminhava na praia porque secava né? Não era igual no tempo de chuva que ficava na beira. Aí no verão tinha que... caminhar na praia. (...) Não, assim, porque lá a gente tinha as pessoas da gente, tudo conhecido. E depois que surgiu essa barragem, isso acabou. Uns foram para um rumo, outros foram para outros. (Participante 10, 2024)

A segunda subcategoria **Estratégias para matar a sede** versa sobre as formas individuais encontradas para acessar água própria para a manutenção da vida. Como narrado a seguir, os entrevistados buscam água em outras localidades, como no rio Corrente e em outras propriedades e armazenam em galões de vinte litros.

Eu vou lá no Corrente daqui mais a pouco, depois de 13h00 vou trazer água de lá pra nós beber, daqui dez quilômetros. (...) Eu boto no galão de 20 litros e bota dentro do carro e trago. E quem não tem onde pegar, bebe a água tipo água de sal. E tem que beber porque não tem outra. (...) No galão de 20 litros. E aí, quando seca, eu pego lá em Babaçulândia. na casa do meu pai, na casa de meu irmão. Pego no Corrente que tem lá na chácara do meu pai. Pego nos vizinhos que tem uma nascente. (Participante 6, 2024).

Nós pegamos lá no meu pai, porque aqui não tem água. Meu esposo carrega na moto, nos bujões. Isso, num bujão de 20 litros. (...) Aí nós coamos, colocamos nesse tamborção aqui, aí daqui pra nós colocar nas garrafa de 2 litros nós torna coar de novo. (Participante 1, 2024).

Na última subcategoria **Adoecimento** vemos as narrativas referente a percepção de que o evento da barragem e as alterações nos modos de vida geraram adoecimento físico e/ou emocional.

Antes fazia, a nossa pele não estava acostumada e deu coceira em muitas pessoas. Hoje não, já se acostumou e não dá mais coceira. Eu mesmo tive coceira. (...) mas teve gente que teve, que os rins adoeceram. (...) Não, quando eu morava lá eu não tinha os problemas que eu tenho aqui não. porque eu não ia no médico, né? Não tomava remédio controlado para ansiedade, eu não tinha isso. Muita coisa, né? Colesterol. (...) Era a água, a gente tomava banho... a gente ia quebrar o coco pra tirar o azeite. Aí você ia fazer aquele serviço, né? E aqui, quando falta água, a gente fica triste. Todo mundo fica triste por causa da água, porque não tem, né? (Participante 6, 2024).

Sim, porque lá a gente quase não vivia doente e aqui é assim uma coisa por cima da outra. (...) Lá raramente adoecia assim para chegar até o médico, né? Porque muitas vezes o pessoal mais velho tinha uns remédios... inventava uns remédios, né? Aqui realmente a gente inventa também só que parece que não serve. (Participante 1, 2024).

Interessante ver o relato de que as doenças físicas e emocionais apareceram após a mudança de território. A autopercepção é considerada um indicador seguro de sofrimento emocional. Não é de se admirar que com tantos danos, as pessoas gerem respostas patológicas às situações vivenciadas ao longo de uma década e meia. No quadro 4 visualizamos quais áreas são impactadas, como eram antes da barragem e os efeitos para o presente.

Quadro 4: Alterações no modo de vida e filigranas de violência lenta

Tipo de Impacto	Como era	Como ficou – filigranas de violência
Alimentar	Pesca – acesso a peixes e arraías para se alimentar	Não tem mais o rio disponível, as vezes consegue pescar. A proteína precisa ser comprada
	Vazante – plantava frutas, hortaliças e legumes	Não tem mais como plantar
	Água Potável – acesso a água potável para beber e oferecer aos animais, banhar, cozinhar e lavar utensílios domésticos e roupas	A localidade não dispõe de água potável para nenhuma das atividades
Ludicidade	Praia – o rio garantia o acesso a praia que aparecia a cada período de seca	Não existe mais a praia. E a localidade de moradia é longe do lago
	Brincar – o rio era o local das brincadeiras, tais como, nadar, brincar de esconder no fundo da água, brincar na areia	Não existe mais essa possibilidade
Socialização	Vizinhança – todos moravam na ilha em comunidade com laços sociais comunitários. Compartilhavam festas e costumes	A interação é menor, mas ainda nesse caso, os moradores foram alocados no mesmo assentamento
Saúde	Água – a água potável permitia uma vida sem grandes problemas de contaminação e adoecimento	O uso da água local para o cozimento de alimentos leva a muitos problemas estomacais, como a diarreia.
	Alimento – os alimentos eram produzidos no próprio local, o que permitia uma alimentação saudável, sem ultraprocessados, sem agrotóxico.	Existe a percepção de que agora se adoecce mais e necessita de mais atendimento médico.
	Remédios caseiros – na vida comunitária os remédios caseiros eram compartilhados e suficientes para a vida cotidiana	As doenças são mais intensas, assim existe a necessidade de recorrer ao sistema de saúde

Fonte: organizado pelos autores.

Notamos que a barragem impactou de forma acentuada em quatro frentes: alimentação, ludicidade, socialização e saúde. Todas como resultado na alteração no modo de vida ribeirinho que tem suas relações de socialização e lazer alteradas, sua

fonte de alimentos e pesca modificados e consequentemente sua saúde comprometida. Apresenta-se o descalabro de colocar ribeirinhos longe do rio, num assentamento sem água; numa tentativa de transformá-los em camponeses a fórceps, instituindo sucessivas violências.

Considerações Finais

Temos na literatura diversos estudos que mostram os efeitos perversos das barragens no meio ambiente e em comunidades, mas poucos trabalhos deram vozes aos atingidos e/ou fez uma avaliação de seu estado de saúde mental. Nesse estudo, cumprimos com os dois pontos elencados: trouxemos vozes dos ribeirinhos atingidos e analisamos sua condição de saúde mental. Isso se faz importante, uma vez que, os relatórios de impacto produzidos pelas empresas algozes, pouco relatam efeitos, a médio e longo prazo, para as comunidades atingidas. Assim, quase quinze anos após as remoções, verificamos que, uma parcela significativa dos ribeirinhos da Ilha de São José, reassentados no Assentamento Baixão, encontra-se em situação preocupante de saúde mental e vivendo em condições desumanas no quesito acesso água potável. Vemos aí como a violência lenta, dispersa no tempo, produz efeitos no individual como pequenas catástrofes psíquicas geradoras de adoecimento. Podemos afirmar que, apesar dos efeitos serem individualizantes, as causas são sociais e os efeitos comunitários produzem uma patologia no e do social.

É inaceitável que ribeirinhos sejam realocados para longe de um rio, pior ainda, é que não tenham acesso a água potável vivendo numa das regiões com o maior arsenal de água doce do mundo. Vemos que a violência lenta perpetrada vai do mais alto grau de visibilidade, como no caso das remoções forçadas e da falta da água; às filigranas do cotidiano, sempre se fazendo presente numa relação gradual de destruição que se dispersa no tempo.

Esses resultados mostram que a barragem produz violência lenta ou como diz Nixon (2011) violência de desgaste, não perceptível, e fluída em escalas temporais. Tal situação dificulta a resistência e a organização social, tanto em função da própria situação patologizante, quanto em relação ao quanto a invisibilidade da violência impede laços sociais de reivindicações coletivas. A superação da situação passa por justiça reparadora e por acompanhamento coletivo e individual da comunidade.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Fred Lima; JESUS, Antonivaldo de. Impactos socioambientais da construção da UHE- Estreito na Comunidade de Palmatuba em Babaçulândia/TO. **Geoambiente on-line**. Jataí/GO, n.º7, p. 14-33, jul/dez. 2006. Disponível: <https://revistas.ufj.edu.br/geoambiente/article/view/25913> . Acesso em 28/03/2024.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei 1.806, de 06 de janeiro de 1953**. Dispõe sobre o Plano de valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências.

BRUM, Eliane. **Banzeiro Òkòtó**: uma viagem a Amazônia Centro do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CARDOSO, Hugo Ferrari; BAPTISTA, Makilim Nunes. Escala de Percepção do Suporte Social (versão adulta) – EPSUS-A: estudo das qualidades psicométricas. **Psico-USF** 19 (3), Dez 2014, pp. 499-510. Disponível: SciELO - Brasil - Escala de Percepção do Suporte Social (versão adulta) - EPSUS-A: estudo das qualidades psicométricas Escala de Percepção do Suporte Social (versão adulta) - EPSUS-A: estudo das qualidades psicométricas . Acesso: 28/03/2025.

CARDOSO, Hugo Ferrari et al. O Self-Report Questionnaire (Srq) Funciona para Adolescentes? **RECITAL** - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 5, n. 3, set/dez 2023. ISSN: 2674-9270. Disponível em: <http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital> . Acesso: 28/03/2024.

DANCEY, Christine; REIDY, John; VIALI, Lori. **Estatística sem matemática para Psicologia**. Porto Alegre: Penso, 2018.

DAS, Veena. **Critical events**: An anthropological perspective on contemporary India. Delhi; New York: Oxford University Press, 1995

DAS, Veena. **Vida e palavras**: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Editora UNIFESP, 2020.

DINIZ, Marcelo Bentes; NASCIMENTO, Ricardo Bruno dos Santos; DINIZ, Márcia Jucá Teixeira; PUTY, Cláudio Castelo Branco; RIVERO, Sérgio Luiz de Medeiros. A Amazônia (Legal) Brasileira: Evidências De Uma Condição De Armadilha Da Pobreza? **35º Encontro Nacional de Economia**, Anais... Recife, 2007. Disponível: Microsoft Word - Ao7Ao9o.doc (anpec.org.br) . Acesso em 26/03/2024.

FREITAS, Wesley R.S; JABBOUR, Charbel J. C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011. Disponível: <https://www3.ufpe.br/moinhojuridico/images/ppgd/8.12a%20estudo%20de%20caso.pdf>. Acesso em 27/03/2024.

FREUD, S. **Obras completas de S. Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Babaçulândia**. IBGE-Cidades. Disponível: Babaçulândia (TO) | Cidades e Estados | IBGE . Acesso: 28/03/2024.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O que é? Amazônia Legal**. Ano 5, edição 44, 2008. Disponível: O que é? Amazônia Legal (ipea.gov.br) . Acesso em 28/03/2024.

HARDING, T. W.; ARANGO, M. V.; BALTAZAR, J.; CLIMENT, C. E.; IBRAHIM, H. H. A.; LADRIDO-IGNACIO, L. et al. Mental disorders in primary health care: a study of their

frequency and diagnosis in four developing countries. **Psychological Medicine**, v. 10, n. 1, p. 231-241, 1980.

Lacan, J. Discurso de Roma. In J. Lacan, **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LEITE DE SOUSA, Cimara. **A infância ribeirinha que perdeu o rio**: crianças amazônidas de Babaçulândia atingidas pela Usina de Estreito. Centro de Ciências Integradas/CCI. Dissertação de Mestrado (Acadêmico) em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2025.

MARBACK, Roberta Ferrari; PELISOLI, Cátula. Terapia cognitivo-comportamental no manejo da desesperança e pensamentos suicidas. **Rev. bras. ter. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 122-129, dez. 2014. Disponível: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtc/v10n2/v10n2a08.pdf> o . Acesso 22/03/2024.

MARI, J. J.; WILLIAMS, P. A. Validity study of a psychiatric screening questionnaire (SRQ 20) in primary care in the city of São Paulo. **The British Journal of Psychiatry**, v. 148, n. 1, p. 23-26, 1986.

MARTINS, Bruno Sena. Revisitando o desastre de Bhopal: os tempos da violência e as latitudes da memória. **Sociologias**. Vol. 18, n. 43, 2016. Disponível: Revisitando o desastre de Bhopal: os tempos da violência e as latitudes da memória (redalyc.org) Acesso: 27/03/24.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2007.

NIXON, R. Neoliberalism, slow violence, and the environmental picaresque. **Modern Fiction Studies**, v. 55, n. 3, p. 443-467, 2009.

NIXON, R. **Slow violence and the environmentalism of the poor**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.

OLIVEIRA. João Costa. Neoliberalismo, novas morfologias do trabalho e subjetividade: implicações sobre o hidronegócio e a organização social. **Espaço e Economia Revista brasileira de geografia econômica [obra online]** ano VIII, número 16, 2020. Disponível: Neoliberalismo, novas morfologias do trabalho e subjetividade: implicações sobre o hidronegócio e a organização social (openedition.org) Acesso em: 28/03/2024.

OLIVEIRA, K. L. de; SANTOS, A. A. A. dos; CRUVINEL, M.; NÉRI, A. L.. Relação entre ansiedade, depressão e desesperança entre grupos de idosos. **Psicologia Em Estudo**, 11(2), 351-359, 2006. Disponível:

<https://www.scielo.br/j/pe/a/NhY66YPpd5JHHzHvbkjqmM/?lang=pt>. Acesso: 23/03/2024.

PITOMBEIRA, Graziane de Araújo Carvalho. **Da ilha de São José ao reassentamento coletivo Baixão**: alterações nos modos de vida dos ribeirinhos após a implantação da UHE/ESTREITO - (MA), em 2018. [obra online] Dissertação (mestrado em Estudos de Cultura e Território, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Araguaína, TO. Disponível em: http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1637?locale=pt_BR Acesso em: 28/03/2024.

PITOMBEIRA CARVALHO, Graziane de Araújo; SIEBEN, Airton. “Da ilha de São José ao Reassentamento Coletivo Baixão, em Babaçulândia (to): efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito na Amazônia.” **Cuadernos de Geografía**: Revista Colombiana de Geografía 28 (1): 175-191, 2019. Disponível: Da Ilha de São José ao reassentamento coletivo Baixão em Babaçulândia (TO): efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito na Amazônia (scielo.org.co) . Acesso: 28/03/2024.

ROCHA, Judite de. **Usina Hidrelétrica de Estreito e desterritorialização**: impactos sobre a saúde e resistência das famílias atingidas. Dissertação de Mestrado- Escola de Saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2016.

ROSA, Miriam Debieux. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta, 2016.

SAFATLE, Vladimir. **Introdução a Jacques Lacan**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SASSEN, Sasken. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SCHOR, Tatiana; et al. Do peixe com farinha à macarronada com frango: uma análise das transformações na rede urbana no Alto Solimões pela perspectiva dos padrões alimentares. **Revista Confins** – Revista Brasileira de Geografia. N.º 24, 2015, pp. 1-23. Disponível: Do peixe com farinha à macarronada com frango: uma análise das transformações na rede urbana no Alto Solimões pela perspectiva dos padrões alimentares. Acesso: 06/05/2025.

SIEBEN, Airton; CLEPS JUNIOR, João. Política energética na Amazônia: A UHE estreito e os camponeses tradicionais de Palmatuba/ Babaçulândia (TO). **Soc. & Nat.**, Uberlândia, ano 24 n. 2, 183-196, mai/ago. 2012. Disponível: SciELO - Brasil - Política energética na amazônia: a UHE estreito e os camponeses tradicionais de Palmatuba/Babaçulândia (TO) Política energética na amazônia: a UHE estreito e os camponeses tradicionais de Palmatuba/Babaçulândia (TO) . Acesso: 28/03/2024.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias. Construção e validação da escala de percepção de suporte social. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 381-388, abr./jun. 2008. Disponível: SciELO - Brasil - Construção e validação da Escala de Percepção de Suporte

Social Construção e validação da Escala de Percepção de Suporte Social . Acesso: 28/03/2024.

SOARES, Leomaura Miranda de Andrade. **Os modos de vida de um povo antes e depois da formação do lago da usina hidrelétrica de Estreito**: Memórias e narrativas sobre a adaptação ao Reassentamento Urbano Coletivo em Babaçulândia, TO. [obra online] Dissertação (mestrado em Estudos de Cultura e Território, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Araguaína, TO, 2023. Disponível em: Acesso em: 28/maio/2023.

Thelma Pontes Borges. Doutora em Psicologia. Universidade Federal do Norte do Tocantins. Docente. Av. Campos Elíseos, 600. Setor Noroeste. Araguaína/TO. CEP:77824-060. E-mail: thelma.borges@ufnt.edu.br

José Sampaio de Mattos Junior. Doutor em Geografia. Universidade Estadual do Maranhão. Docente. Cidade Universitária Paulo VI 1, São Luís/MA. CEP:65055-310. E-mail: sampaio.uema@gmail.com

Submetido em: 01/10/2025

Aprovado em: 25/08/2026

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization): Thelma Pontes Borges
Curadoria de Dados (Data curation): Thelma Pontes Borges
Análise Formal (Formal analysis): Thelma Pontes Borges;
José Sampaio de Mattos Junior
Obtenção de Financiamento (Funding acquisition): Thelma
Pontes Borges; José Sampaio de Mattos Junior
Investigação/Pesquisa (Investigation): Thelma Pontes Borges
Metodologia (Methodology): Thelma Pontes Borges
Administração do Projeto (Project administration): Thelma
Pontes Borges; José Sampaio de Mattos Junior
Recursos (Resources): Thelma Pontes Borges
Software: Thelma Pontes Borges
Supervisão/orientação (Supervision): José Sampaio de
Mattos Junior
Validação (Validation) José Sampaio de Mattos Junior
Visualização (Visualization): Thelma Pontes Borges; José
Sampaio de Mattos Junior
Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft): Thelma
Pontes Borges

Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing):
Thelma Pontes Borges; José Sampaio de Mattos Junior

Fontes de financiamento: Bolsa de pós-doutorado do
PROCAD/Amazônia.